

ORGULHO E PRECONCEITO¹: A VISÃO DE UM VITORIANO ACERCA DE PORTUGAL E DOS PORTUGUESES

Ivo Rafael Silva
CEI - Centro de Estudos Interculturais
Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto
Portugal
ivo_rafael@sapo.pt

(...) “*onde quer que haja uma verdadeira superioridade intelectual,
o orgulho estará sempre sob uma boa orientação.*”

Jane Austen, *Orgulho e Preconceito*

Resumo

As narrativas bélicas de viagem do séc. XIX, no âmbito da Guerra Civil Portuguesa (1828-1834) são particularmente ricas enquanto fonte e memória histórica de acontecimentos importantes da História de Portugal. Mas além do seu potencial historiográfico, tais escritos são também o espelho da idiossincrasia – *vitoriana* – do autor reflectida na forma como transforma, constrói, julga ou interpreta a realidade do país que visita, bem como a maneira de ser do seu povo.

Abstract

The warlike travel narratives of the nineteenth century, in the Portuguese Civil War context (1828-1834), are especially productive as historical references of significant events of the History of Portugal. Despite their historical potential,

¹ Título da tradução portuguesa do *best-seller* “*Pride and Prejudice*” (1813) da autoria de Jane Austen.

such narratives are also the reflex of the author's idiosyncrasy – *Victorian* –, reflected in the way he changes, constructs, judges and understands the reality of the country he visits, and the way of life of its people.

1. Vitorianismo: um «estado de espírito»

Contrariamente a outros *ismos* (darwinismo, utilitarianismo, socialismo...), o *vitorianismo* não exprime propriamente um todo ideológico, científico, político ou filosófico coerente, estruturado e perfeitamente definido ou delineado. Pelo contrário, surge até várias vezes definido como um conjunto fragmentário de ideias paradoxais, de comportamentos e atitudes contraditórias e incoerentes. Todavia, apesar da sua diversidade e complexidade, é possível identificar uma plêiade de lugares comuns e aspectos transversais naquilo a que Walter Houghton apelidou de “estado de espírito vitoriano”². Será, sem sombra de dúvidas, na descoberta dessa identidade social e colectiva que encontraremos a justificação para a particular mundividência de um oficial britânico – George Lloyd Hodges – em Portugal no século XIX.

Chamou-se, na sociedade britânica – apenas a partir do séc. XX –, de período *vitoriano* ao espaço temporal que medeia os anos de 1830 e 1870. E a designação advém do facto de ter sido uma época maioritariamente regida pela rainha Vitória, sem que a personalidade em si tivesse desempenhado qualquer especial papel neste contexto. Quando falamos de *vitorianos*, referimo-nos sempre, do ponto de vista da hierarquia social, às classes média e alta, classes a que pertenciam os oficiais militares de alta patente, como é o caso do Coronel Hodges; as classes populares ou trabalhadoras não se encontram aqui sob consideração.

Ora, o período vitoriano assume-se, na sua própria perspectiva, como o grande e verdadeiro período de transição, que punha fim à velha tradição medieval, à ortodoxia católica, à estrutura social fixa e que procurava dar início a

² HOUGHTON, Walter E. *The Victorian Frame of Mind: 1830-1870*. London: Yale University Press, 1963.

uma nova sociedade, a um novo pensamento e a uma nova era. Para John Stuart Mill, uma das mais destacadas personalidades da época, bem como para os vitorianos em geral, o período que imediatamente os precedeu não foi propriamente o *iluminismo*, nem sequer o século XVIII. Foi a Idade Média.

A concepção da História da Humanidade havia já sido alterada em finais de setecentos, passando a encarar-se o desenrolar dos tempos não como *stop-and-go*, i. e. fases distintas cujo avanço seria determinado por acontecimentos particulares, mas antes como um desenvolvimento inter-relacionado *orgânico* e *particular* onde cada período é a *criança* do período seguinte. Esta visão ganharia força na época vitoriana, pois segundo Houghton, tanto Thomas Carlyle (conservador) como John Stuart Mill (liberal) apesar das divergências políticas convergiram na adopção dessa perspectiva progressiva e progressista da História.

A partir de 1830, a Inglaterra passa por um conjunto de transformações e revoluções sociais. Devem referir-se particularmente as alterações de natureza política e legislativa de pendor liberal, das quais se destaca a *Reform Bill* (1832). Tudo isto decorre num ambiente de emergente desenvolvimento industrial, na *era do vapor* e das grandes unidades de fabricação e/ou produção. Dá-se no seio das reformas políticas início à transferência de algum do poder da aristocracia para o povo, abrindo-se caminho ao que é hoje entendido por *sociedade democrática*. A ordem feudal e agrária, a organização política onde duques e condes representavam povos e decidiam sobre terras que muitas vezes nem sequer conheciam, ia sendo progressivamente substituída por uma sociedade plural, mais representativa e fortemente industrializada.

Neste contexto, nasce um novo conceito de velocidade. Até então, a medida de locomoção e comunicação permanecia inalterada desde há vários séculos. O cavalo e o barco à vela continuavam a ser o que de mais rápido havia à face da terra. Graças ao desenvolvimento mecânico e industrial entretanto verificado, popularizou-se o comboio, inauguraram-se vias ferroviárias e construíram-se grandes navios a vapor, que alcançaram com eficiência e grande utilidade velocidades notáveis, um incremento da rapidez que não tardara a fazer-se sentir igualmente no plano intelectual ou literário. A educação expandiu-se,

tornou-se mais acessível, aumentaram as publicações, os livros e os jornais. A cultura abandonava o redil das elites, massificando-se como nunca antes na História da humanidade.

De acordo com Houghton, a melhor forma de partir à descoberta do pensamento de uma determinada geração é analisar precisamente a literatura da respectiva época. Mas refere-se o autor à literatura em *lato sensu*, i. e., não apenas aos livros propriamente ditos mas também às cartas, aos diários, às *narrativas*, à História, aos sermões, à crítica social, bem como à poesia e à ficção. Há, porém, um aspecto central a ter em conta na análise e interpretação de o que expressam tais registos: “as atitudes são ilusórias”, e tentar conferir-lhes uma definição é retirar-lhes a essência. Elas têm de ser compreendidas e assimiladas na sua formulação concreta e vivida.

No plano essencialmente intelectual, ou filosófico, o período vitoriano foi sobretudo o *grande período das interrogações*. Tudo era questionado. Na segunda e terceira década do século XIX não havia ainda respostas, mas havia, como refere Houghton, a consciência de que “as velhas certezas já não o eram” e que a construção do pensamento era agora uma “primeira necessidade”. E entre as interrogações permanentemente colocadas e mais ardentemente discutidas encontravam-se as de natureza teológica e existencial: Deus existe? Se sim, trata-se de uma força pessoal ou impessoal? Existe um Paraíso e um Inferno? Ou Paraíso sem Inferno? Ou nenhum deles? Se é que existe uma verdadeira religião, será o Deísmo ou o Cristianismo? E o que é o Cristianismo? Catolicismo Romano ou Protestantismo? Igreja ou *Chapel*? Igreja Anglo-Católica ou Evangélica? O Ser Humano é um ser livre ou autómatos? E se o Ser Humano tem o poder da escolha moral, qual é a sua base? Uma voz sagrada na consciência? Ou o cálculo e a decisão racional? É o Homem um homem ou um macaco evoluído?

Todavia, não temos por exemplo como não associar o optimismo aos vitorianos. Eles encontravam-se efectivamente mergulhados em interrogações teóricas, filosóficas, políticas e económicas inicialmente sem obter respostas. Mas por outro lado, para eles uma coisa era certa: por enquanto só tinham dúvidas,

mas nunca descreiam na sua capacidade de chegar às respostas. Este permanente optimismo, à mescla com uma certa presunção e um certo egocentrismo, constituem alguns dos traços psicológicos e comportamentais mais marcantes desta época.

Tal predisposição ou atitude positiva, constituiu na verdade uma reacção no sentido de reconstruir e fazer renascer a esperança face ao contexto de grande desilusão que se vivia por volta de 1830, não só no Reino Unido como em toda a Europa. O sonho e os ideais emergentes da Revolução Francesa haviam desembocado num “reino de terror”, e a um longo período de guerras veio a suceder um clima de depressão e inquietação social. Essa renovação da esperança assentou na base do progresso, tal como havia de resto acontecido na *Renasença*, e procurou pôr fim ao reinado das tiranias e superstições através da implementação de novas leis, do estabelecimento de governos democráticos e da implantação de sistemas de educação universais.

E os vitorianos iam ainda mais longe no seu optimismo. Considerava-se homem ‘bom’ – ou artista ‘bom’ – aquele que reconhecia a beleza e a grandiosidade da natureza humana, aquele que cultivava sentimentos como a admiração, o amor e a esperança. A outra face da moeda, o lado ‘mau’ do homem ou do artista, era o que apenas via o que era negro e feio, o que se expressava de forma capciosa, com escárnio ou com desprezo.

Esta propensão para admirar ou enaltecer a nobreza dos homens fomentou naturalmente o culto do heroísmo, ou da heroicidade, sobretudo na literatura. Os heróis eram sobretudo cavaleiros medievais ou personagens lendárias da mitologia grega, romana ou celta. Mas não só. Também o eram “os patriotas”, aqueles que em nome do seu país lutavam militarmente além-fronteiras. Primeiramente no combate à tirania de Napoleão na Flandres, e depois na guerra contra o absolutismo de D. Miguel I, em Portugal. Sobretudo através de narrativas – *Skeetches* ou *Narratives* –, foram vários os oficiais britânicos que, como George Lloyd Hodges, empreenderam a tarefa de dar testemunham aos compatriotas dos feitos e das lutas heróicas que puderam travar. E ficaram

patenteadas nos seus escritos, no seu modo de agir e de pensar, de forma mais ou menos implícita, muitas das típicas atitudes vitorianas a que aqui fazemos alusão.

A partir da década de 50 do séc. XIX começam a vislumbrar-se algumas das respostas às múltiplas interrogações até ali colocadas. Em 1859, Charles Darwin publica a sua *magnum opus* intitulada *A Origem das Espécies*, o que entusiasmou ainda mais os jovens liberais que se precipitaram no sentido de contribuir o pouco que fosse para a grande revelação de *todo o conhecimento*. A partir da observação, análise crítica e influência de todo o contexto social e operário vivido em Inglaterra, emergem as ideias de teor socialista, de inspiração operária, progressista e revolucionária. O filósofo alemão Karl Marx publica em 1867 a obra teórica *O Capital* com os reflexos históricos, sociais e económicos que se conhecem até aos nossos dias.

Mas em oposição, esta época significa também a emergência do *braço forte* do capitalismo – antítese do socialismo marxista –, do amplo mercado internacional, por cujos resultados os vitorianos – *burgueses* – nutriam simpatia, sobretudo no que dizia respeito ao poder nacional e ao prestígio. Para isso muito contribuíram as ideias darwinistas, a luta pela sobrevivência aplicada ao contexto económico, a ideia de um processo de desenvolvimento no qual o forte deveria *encostar o fraco à parede* e assim triunfar. Coube, no entanto, a Herbert Spencer aplicar o mesmo conceito à humanidade – o *darwinismo social* – defendendo que o *processo de purificação* dos irracionais, o predomínio dos mais aptos, estava também em curso nas sociedades humanas. E não só estabeleceu o paralelismo de processos entre racionais e irracionais como defendeu que os fins acabariam por justificar os meios. Na obra *Social Statics* (p. 353-4), Spencer escreve as seguintes e elucidativas palavras: “A pobreza do incapaz, as angústias sentidas pelo imprudente, a fome do preguiçoso, e os empurrões do forte que afastam o fraco (...) são os desígnios de uma alargada e prudente benevolência.” Ainda que admitindo posteriores desvios e deturpações à formulação teórica original, é inegável afirmar-se que este pensamento de um célebre vitoriano como Herbert Spencer esteve na génese das ideias a que hoje chamamos ou identificamos como sendo de extrema-direita. E o racismo puro e duro tem como exemplo o texto

“The Nigger Question”, do já aqui referenciado Thomas Carlyle, no qual o autor se limita a defender o tratamento brutal de um governador sobre os nativos jamaicanos, acção na vanguarda da qual ele próprio havia também tomado parte.

Mas ainda antes de surgirem as respostas, antes do aparecimento das correntes e filosofias *darwinistas* e *socialistas*, a intensificação do estado de dúvida teve também consequências negativas. Jeremy Bentham, o fundador do *utilitarianismo*, falecido em 1832, foi considerado um dos grandes críticos e pensadores que precederam Stuart Mill ou Carlyle, e acima de tudo um dos que mais interrogou as coisas estabelecidas. Para ele, “o cepticismo era o mais nobre dos deveres; e a fé cega, o mais imperdoável dos pecados”³. E as consequências negativas do contínuo cepticismo desta sociedade interrogativa não tardaram a chegar, porquanto a dúvida permanente os conduziu a uma certa paralisação ou inércia, que era imperioso combater ou contornar. O professor, historiador e romancista Charles Kingsley, por exemplo, sugeria que “se rezasse a Deus para que houvesse fé”⁴. E fé não na imortalidade ou na divindade propriamente ditas, mas fé nalguma coisa pela qual se pudesse viver e morrer. Só isso permitiria que se abandonasse a letargia da dúvida e se passasse novamente à acção. A vontade de acreditar convivia assim lado-a-lado com o apelo da *razão* ou da *racionalidade*.

Contrariamente ao que se passou em França no período pós-revolução, não houve na fase vitoriana qualquer alteração à estrutura hierárquica da sociedade inglesa. Não obstante a emergência das ideias *cartistas* e *socialistas*, o conceito de igualdade não só não teve aceitação como foi tido pela aristocracia como uma ideia *estranha* e *ofensiva*. Assim, a população de Inglaterra continuou a aceitar com relativa naturalidade as opiniões que vinham *de cima*, e a deixar-se governar pelos degraus superiores da hierarquia social estabelecida.

Sem dúvida paradoxal ou contraditório, mas absolutamente verdadeiro e plausível, é o comportamento *anti-intelectual* também associado ao vitorianismo. Na verdade, a revolução industrial em curso colocou a vida e o pensamento geral em órbita da tangibilidade. Tudo começou a ser feito em prol de resultados,

³ HOUGHTON, Walter E. *The Victorian Frame of Mind*. p. 95

⁴ *Ibid.* p. 98.

lucros, objectivos, promoções laborais e sociais. O inglês pensava sobretudo no que devia ser feito, e feito de imediato, sem que houvesse grande espaço para o pensamento ou para a reflexão.

É também sabido que o próprio *romantismo*, movimento artístico contemporâneo da sociedade vitoriana, se caracterizou pela importância ou pela valorização do individualismo, pela centralização do *eu*. O vitoriano era pois um egocêntrico, o que as condições externas, por assim dizer, naturalmente também não deixavam de favorecer. Numa altura, como já se disse, marcada pela dúvida ou pela ausência de respostas, a opinião individual era naturalmente tão válida e tão certa como qualquer outra. E a este egocentrismo somava-se a inflexibilidade, dado que o vitoriano tendia a seguir uma linha única de pensamento, a olhar o mundo sob um único ponto de vista, sendo muitas vezes incapaz de se relativizar ou de entender os pontos de vista do outro. Tinha ainda, ou conseqüentemente, uma forte tendência para os extremos. Segundo Houghton, o vitoriano dividia ideias, pessoas e acções em categorias de *verdadeiro-falso*, *bom-mau*, *certo-errado*, sem deixar lugar para intermédios ou para o reconhecimento do carácter misto da experiência humana.

Entre as atitudes morais dos vitorianos encontra-se também o culto da força. Por um lado, a força associada à maquinaria industrial e ao músculo do operário que a põe a funcionar. Por outro, a força do carácter, do “domínio das paixões, da paciência, dos propósitos e da energia controlada com enfoque no trabalho”. Na base de uma e de outra estão dois aspectos essenciais: o *puritanismo* e a revolução industrial. Há ainda a força física no plano essencialmente militar, como parte característica da própria natureza humana. Segundo Thomas Carlyle “o Homem foi feito para lutar; a melhor definição talvez seja a de que já nasce soldado; a sua vida é ‘uma batalha e uma marcha’ sob comando do General certo.”⁵

Outra das atitudes morais – e uma das mais interessantes – do vitorianismo será sem sombra de dúvidas a que se prende com um certo conceito de seriedade. Não exactamente a seriedade hoje dicionarizada, aquela que nos

⁵ HOUGHTON, Walter E. *The Victorian Frame of Mind*. p. 206

surge definida como integridade, como respeitante à qualidade de o que é ‘sério’, como alguém cumpridor das suas obrigações, dos seus impostos, dos seus deveres cívicos, legais e práticos, mas antes uma seriedade muito própria a que podemos chamar distintivamente de seriedade vitoriana, que não se confunde com os conceitos mais típicos e abrangentes. E que específico conceito será então este? George Eliot dá como exemplo a vida de um velho cavalheiro da era pré-vitoriana, que vive “na inabilidade de compreender a causa das coisas, preferindo apenas as coisas em si mesmas.” A atitude de quem vive desta forma, de quem “vai à igreja para dormir ou repetir as doutrinas do credo sem um momento de atenção ou sem um pingão de convicção sincera”⁶, não é própria de um indivíduo a que naquele contexto se pudesse colocar o rótulo de “homem sério”. A seriedade vitoriana pressupõe assim, nas palavras de Houghton, “ter ou procurar ter uma convicção genuína acerca das questões fundamentais da vida, e de maneira alguma limitar-se a repetir noções convencionais de forma insincera, ou ainda a brincar com ideias e palavras como se a intelectualidade não passasse de um mero jogo.”⁷

E de todas as *moral attitudes* aquela que, segundo Houghton, certamente os próprios vitorianos confessariam ter, seria indubitavelmente a da *hipocrisia*. E isso por três razões fundamentais: a primeira, porque escondiam ou suprimiam as verdadeiras convicções e os seus gostos pessoais – sacrificavam a sinceridade pela propriedade; a segunda, porque fingiam ser melhores que o que eram na realidade – falavam de sentimentos nobres e viviam de forma diferente; e por último, porque fechavam os olhos ao que era feio ou desagradável e fingiam que tal realidade, pura e simplesmente, não existia. *Conformidade*, *pretensão moral* e *evasão* eram as imagens de marca da hipocrisia vitoriana.

Em jeito de conclusão, como definir ou resumir, adjectivando ou classificando, todos os traços identitários, sociais, morais e comportamentais que caracterizam ou caracterizaram a burguesia inglesa da primeira metade do século

⁶ HOUGHTON, Walter E. *The Victorian Frame of Mind*. p. 219

⁷ *Ibid.*, pp. 220-1

XIX? Jorge de Sena descreve o período vitoriano no seu ensaio sobre Literatura Inglesa da seguinte e elucidativa forma:

O vitorianismo é esse orgulho, a presunção definitiva (...) de que Deus era inglês... Orgulho, pudor hipócrita, generosidade, humanitarismo, mediania cautelosa, mediocridade brilhante, conforto, progresso técnico, pastiches do medievalismo Tudor (...), e um império que a Inglaterra recebera como prémio de ser a mais branca e a mais cristã das raças... Londres era a maior e mais civilizada cidade do mundo; e, nele, a City era, desse mundo, a capital financeira. Este dogma da autoridade – autoridade de ser-se inglês, de ser-se superior, de ser-se mais poderoso, ou mais rico – e da respectiva subordinação é a base intocável da sociedade vitoriana: autoridade do «espírito» sobre o corpo, da igreja sobre a religião, do patrão sobre o empregado, do pai sobre os filhos, do corpo político sobre as massas, de «moral» sobre a vida.⁸

Feita esta análise, o desafio que se nos coloca agora prende-se com o facto de pretendermos descobrir, conhecendo genericamente a sua muito particular idiossincrasia ou mundividência, como é que os vitorianos nos veriam a nós, portugueses, nesse século XIX? No intuito de obter a necessária resposta, ou pelo menos uma possível aproximação, recorreremos à narrativa bélica de viagem de George Lloyd Hodges – *Narrative of The Expedition to Portugal in 1832*⁹ – um oficial militar em missão em Portugal, por ocasião da guerra civil que entre 1828 e 1834 opôs liberais a absolutistas.

⁸ SENA, J. de. *A Literatura Inglesa: Ensaio de Interpretação e de História*. Lisboa: Cotovia, 1989 [1963], pp. 263-4.

⁹ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832, Under the Orders of His Imperial Majesty Dom Pedro, Duke of Bragança*, Vol. I. Londres: James Fraser, 1833.

2. George L. Hodges, Portugal e os Portugueses

George Lloyd Hodges, de seu nome, nasceu na localidade irlandesa de Old Abbey, Limerick, no ano de 1790. Alistou-se no exército aos 16 anos de idade, tendo servido na Guerra Peninsular de 1810 a 1814. Combateu em Waterloo, na Bélgica, onde o exército a que pertencia, comandado por Arthur Wellesley, Duque de Wellington, levava de vencidas as tropas de Napoleão Bonaparte. Após um período de interregno militar, em finais de 1831 é contratado para assumir o comando de auxiliares de D. Pedro, o duque de Bragança, que, regressado do Brasil, se preparava para rumar a Portugal com o intuito de derrubar o governo absolutista de D. Miguel e de fazer subir ao trono a sua filha – e legítima sucessora – D. Maria da Glória. A 10 de Fevereiro, a expedição ‘libertadora’ largava o porto de Belle-Isle, tendo o arquipélago dos Açores como destino, seguindo Hodges a bordo do navio-chefe. No dia 22, desembarcou na ilha de S. Miguel, e cinco dias depois na Terceira, onde se encontravam há três dias os demais oficiais e soldados que compunham o Batalhão Britânico. No mês de Maio, por ordem do Imperador, a Expedição concentrou-se em S. Miguel. Foi, pois, de Ponta Delgada que saiu a empresa rumo ao norte do continente, para aquela luta ‘libertária’ tão ansiosamente desejada, quer por D. Pedro quer pelos oficiais estrangeiros ao seu serviço. O famigerado desembarque das tropas – o denominado *Desembarque do Mindelo* –, ocorreu a 8 de Julho de 1832, na Arnosa de Pampelido, freguesia de Perafita, concelho de Matosinhos. Hodges foi, de acordo com a sua própria narrativa, um dos primeiros a pisar terra firme. Dali seguiu para a cidade do Porto, onde os liberais entraram sem encontrar qualquer tipo de resistência. Nas operações do conhecido episódio do *Cerco do Porto*, Hodges destacou-se pela bravura e comando das respectivas tropas, pelo que foi concomitantemente agraciado pelo rei que servia com a Ordem da Torre e Espada. A sua experiência militar e política neste contexto, as principais incidências, peripécias e acções militares por si vividas ao serviço da Causa Liberal, foram perpetuadas pelo próprio em

testemunho escrito – e histórico – numa narrativa intitulada *Narrative of The Expedition to Portugal in 1832 under the Orders of His Imperial Majesty Dom Pedro, Duke of Braganza*. A obra foi publicada em dois volumes, ambos editados em Londres por James Fraser, em 1833, um ano depois portanto da ocorrência dos principais acontecimentos nela narrados.

Nesta época, na historiograficamente chamada transição do Antigo para o Novo Regime, Portugal era um país economicamente debilitado, agastado sobretudo pelos conflitos militares de 1801 (Guerra das Laranjas), de 1807 a 1810 (Invasões Francesas), e de 1817 (revolta de Gomes Freire de Andrade). A agricultura, principal actividade económica da população portuguesa, conhecia reveses não só pela devastação causada pelas guerras e pilhagens, como pelo facto de se encontrar ainda agrilhoadada num regime de propriedade feudal, sujeita a pesados e antigos elos senhoriais. À existência de múltiplos foros ou tributos pagos anualmente para a exploração de terras, somavam-se limitações restritivas ao direito de produção e de circulação de bens. Não havia indústria mas sim pré-indústria, caracterizada pelo artesanato e manufactura, ainda assim afectada pela concorrência britânica, também pela devastação das invasões francesas e pela dificuldade da sua entrada no mercado brasileiro. A população era pobre, não sabia ler nem escrever, e vivia, a cada passo, ensombrada por surtos pestíferos causadores de dezenas e mesmo centenas de mortes.¹⁰

No início do século XIX, a sociedade portuguesa era assim atrasada e pobre, predominantemente rural, católica e clerical, e maioritariamente analfabeta. Contrastava grandemente com a sociedade industrial, protestante, capitalista, burguesa e liberal de onde provinha não só George Lloyd Hodges, como todos os demais oficiais militares britânicos ocasionalmente em missão em Portugal. Mas seria apenas a observação factual e realista, a apreciação concreta e rigorosa das condições sociais existentes, aquela que resultaria da descrição de Hodges sobre Portugal e os Portugueses? Ou terão sido os preconceitos e a modelação cultural e idiossincrática da já por nós apresentada perspectiva

¹⁰ MENDES, J. Amado. “Evolução da Economia Portuguesa” in MATTOSO, José. *História de Portugal: O Liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp 270-7.

vitoriana, a prevalecer sobre o juízo valorativo pessoal, militar ou político, sobre as descrições gerais e particulares, sobre as avaliações qualitativas acerca da terra, da sociedade e do povo do reino de Portugal? Em que medida, com que palavras e considerações, a cultura de quem observa se reflecte na apreciação à cultura observada? Vejamos, então, exemplos concretos.

Logo nas primeiras páginas da sua narrativa, é possível ver que o autor não hesita em qualificar de forma bastante assertiva o povo português no seu conjunto:

It cannot be too clearly insisted on, that in Portugal, with few exceptions, faction of the worst description, tyranny of the deepest dye, selfish ambition, and mean intrigue, are mingled, as it were, in the very blood of the inhabitants, from the palace to the convent, and are yet farther traceable down to the cottage of the meanest peasant.¹¹

A alusão à vigência do intriguismo em Portugal é recorrente – comportamento que mais vezes é invocado ao longo de toda a narrativa –, sendo aliás considerado pelo autor como “a vice apparently irremediable in the nation”. Configura-se, de resto, como uma perspectiva habitual e preconceituosa dos viajantes europeus sobre a Península Ibérica em geral e Portugal em particular. Segundo Castelo Branco Chaves, tais preconceitos haviam sido adquiridos pela leitura de obras de autores como Voltaire ou Montesquieu, grandes escritores e descritores da Península Ibérica e dos seus autóctones, que nunca tinham, contudo, atravessado os Pirenéus e tido contacto com a suposta realidade que descreviam e adjetivavam.

Quanto a considerações mais específicas da parte do autor, designadamente no plano religioso, o contraste não podia ser mais evidente. Ao longo de todo o livro, Hodges critica a religiosidade extremada dos portugueses, o fanatismo e as atitudes dos próprios responsáveis clericais, realçando desde

¹¹HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. I, p. 7.

início a necessidade de este país alterar concepções e comportamentos. Veja-se como o autor se refere, e em que termos, por exemplo, às ordens religiosas – católicas – existentes nas diversas ilhas do arquipélago dos Açores:

*Numerous nests of ecclesiastical hornets infested these little islands, and with the most arbitrary and unrestrained tyranny trampled upon the industrious people, and by degrees reduced them to a state of unbridled superstition, ferocious bigotry, and licentiousness of the most degrading nature. A state of moral depravity to this day exists in the convents and monasteries in the Azores, happily unknown, in its extent, in even the mother country in the Peninsula.*¹²

E de não muito diferente forma, com igual criticismo, sarcasmo e mordacidade, se refere às freiras que os ocupavam:

*The immoral habits of these women [freiras] was a matter of general notoriety; and an Irish physician, who had for some time been medical attendant at the convent, informed me that it was no unusual part of his duty to officiate as accoucheur; and that at that very time several illegitimate children of the nuns were within the walls of the convent. It is a curious fact, that one of these children is quite black, although its reputed mother is altogether fair, and one of the prettiest nuns of the party.*¹³

Merece realce a última frase do parágrafo transcrito, onde há uma evidente manifestação do já atrás referido pensamento racista que também caracterizara o período vitoriano. O autor não só alude a uma criança que tinha a pele “bastante preta”, como salienta o facto de a sua mãe além de ser “branca”, ser “*uma das mais bonitas* freiras do convento”.

¹² HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. I, pp. 134-35.

¹³ *Ibid.*, p. 238.

Mas voltando à assumida oposição ao catolicismo e ao clericalismo, importa referir que tal atitude se trata de uma recorrente característica das narrativas viajeiras do séc. XIX da autoria de escritores britânicos. Na obra *Masked Atheism*, a autora Maria LaMonaca define, a propósito da romancista evangélica Charlotte Tonna, o pensamento anti-católico da época da seguinte forma: “(...)a concept frequently articulated in Victorian literature and culture, that Roman Catholicism was a fake religion – a mask or “sanctified face” concealing the most profane excesses and tendencies of a fallen human nature.”¹⁴ Mais do que defendida, a ideia com contornos políticos era alvo de verdadeira propaganda, também visível em diversas narrativas, como é referido por Susan M. Griffin:

*Reading widely and closely in Victorian anti-Catholic narrative makes clear that well-known stories and figures provide a narrative language for discussion and analysis of a range of cultural ideas and problems, including the roles of women, shifting definitions of masculinity, the status of marriage, education and citizenship, and literary professionalism, and, most importantly, Protestant self-critique.*¹⁵

Entre os diversos tons prosódicos usados ao longo da sua narrativa, encontra-se a *fina* ironia, usada em jeito de contestação e crítica às situações que o autor notoriamente se sente no direito de reprová-las. Hodges regista o “espírito sofista e fútil” dos portugueses, a propósito do baptismo de duas fragatas:

It is curious here to observe how much the cavilling and trifling spirit of the Portuguese shewed itself in this re-baptism of the two frigates. At a moment when it is to be presumed that more weighty matters were at least sharing their attention, three councils (if so they may be seriously styled) were held in

¹⁴ LAMONACA, M. *Masked Atheism: Catholicism and the Secular Victorian Home*. Ohio: Ohio University Press, 2008, p. 1.

¹⁵ GRIFFIN, S. M. *Anti-Catholicism and Nineteenth-Century Fiction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 2.

*Paris to decide on this momentous question! The young queen and the empress themselves were not absent from the discussion.*¹⁶

Num outro episódio, quando confrontado com um motim entre as tropas, o coronel procura repor a ordem de uma forma que evidencia certos traços de personalidade. Convoca então um tribunal que condena os soldados à pena de trezentas varadas, e sobre este tipo de punição, Hodges reage de forma no mínimo curiosa. Primeiro, começa por condenar a sua prática classificando-a como um meio degradante de manter a disciplina:

*On this point I will aver, that there is no man who possesses the common feelings of our nature that can witness the degradation of a human being, exposed with bare back, tied up to the halberds, in the gaze of a whole regiment, without himself participating in the sentiment of degradation, and turning from the odious sight in disgust. For my own part, I am not ashamed to confess, that on the occasions of such military executions, at which my duty obliged me to attend, I have been so far overcome by the distressful feelings produced by the resort to this punishment, that I have felt myself compelled to quit the parade-ground; and I have known many of the most distinguished officers of the British service who have expressed themselves to the same effect.*¹⁷

Depois, apesar da repulsa que parece *a priori* provocar nos seus decisores e executantes, tal prática não deixou porém de ser levada a efeito. Até porque, e segundo o próprio Hodges, “have not hitherto been devised any means which I consider altogether adequate as a substitute for the present practice”¹⁸. Esta aparente contradição de alguém dividido entre o ‘dever’ e a ‘misericórdia’ deve

¹⁶ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. I, p. 29.

¹⁷ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. I, pp. 143-44.

¹⁸ *Ibid.*, p. 144.

merecer atenção. Não se pode deixar de enquadrar a postura numa das *moral attitudes* atrás identificadas, designadamente na muito vitoriana *hipocrisia*.

A mundividência de um britânico em Portugal é sobretudo a de um esclarecido no meio do obscurantismo, da auto-proclamada superioridade moral e intelectual ante a ignorância e a cegueira religiosa de uma nação considerada ‘inferior’. Exemplo evidente de o autor ser ele próprio portador desses sentimentos de orgulho desmesurado e de altivez patriótica tipicamente vitoriana é o excerto que se segue:

It is, I believe, customary with an Englishman, above the native of any other soil, to experience certain twinges of regret, confessed or concealed, on quitting the shores of his own country. I cannot say that I was myself exempt from these sensations, however sanguine I was as to the result of the bold experiment I was about to contribute my humble aid to.¹⁹

A manifestação de orgulho e superioridade chega mais longe ainda nas palavras e juízos de Hodges, sobretudo quando se verifica que o autor relaciona o comportamento negativo não às circunstâncias, mas à própria maneira de ser que é, na sua perspectiva, tipicamente portuguesa:

Stratagem in war is very little known to the Portuguese. They have neither the ingenuity of thought to devise it, nor the determination of purpose to put it into practice. Procrastination, moreover, is one of their besetting sins. To all propositions for action, or demands the most urgent, “Amanha!” (tomorrow) is their habitual reply.²⁰

Tal juízo torna-se ainda mais evidente quando recorre à comparação com os seus compatriotas. A apreciação negativa também aos seus próprios militares surge na narrativa quase sempre pelo mesmo motivo: o mau comportamento, a

¹⁹ *Ibid*, pp. 39-40.

²⁰ *Ibid*, pp. 204-05.

doença e até a morte provocadas pela embriaguez constante (“It is painful to recur to the mischiefs produced amongst our men by the pernicious habit of drinking”²¹). Só que o mal que afecta o brio dos ingleses é apenas e só influência ‘externa’, provocado pelo álcool, e por seu próprio consentimento. Por outro lado, o ‘mal’ do português, numa perspectiva essencialista, não é provocado por nenhuma alteração momentânea nem consentida, é-o sempre de raiz, de maneira de ser, de nascença e de espírito.

Por estes exemplos se percebe que a narrativa do Coronel George Lloyd Hodges, britânico ao serviço da causa liberal, é um exemplo da vasta produção diegética subsequente à Guerra Civil, na qual o autor expressa de forma clara o seu ponto de vista muito marcado pela idiossincrasia vitoriana. Uma idiossincrasia orgulhosa, preconceituosa, ativa, etnocêntrica, hipócrita, essencialista e anticlerical.

3. Conclusão

Reflectida nas apreciações ao *Outro* – e o *Outro*, neste caso, é Portugal e os Portugueses – está o desenho da uma *sui generis* construção identitária, modelada pela estrutura educacional ou comportamental basilar da sociedade britânica do século XIX. O vitorianismo, esse *estado de espírito* que marcou uma época de transição na História do Reino Unido e da própria Europa, afigura-se como período contraditório e incoerente, transformador e veloz, berço e molde do britânico optimista, orgulhoso, preconceituoso, simultaneamente intelectual e anti-intelectual, obcecado com a tangibilidade das coisas, mas que só considera ‘sério’ o que interroga e se interroga sobre as coisas estabelecidas. O vitorianismo é o berço do operariado, da luta de classes, da revolução, mas igualmente o potenciador do elitismo, do racismo e do capitalismo. Um todo diverso e inconstante, fim de velhas estruturas civilizacionais e princípio de novas e modernas perspectivas.

²¹ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. I, pp. 215-16.

A *Narrativa da Expedição a Portugal* de George L. Hodges, reflectindo a posição, os juízos, a mundividência ou idiossincrasia do autor sobre Portugal e os Portugueses, é também reflexo de algumas das mais notórias características morais e intelectuais associadas a esse período. Ela é uma incursão pela diferença civilizacional entre dois países ou duas sociedades distintas – a vitoriana e a portuguesa –, mas uma diferença notada neste caso não por via da análise abrangente das circunstâncias que definem a sociedade observada, não pelo conhecimento e reconhecimento do seu atraso fruto de circunstâncias bélicas – passadas e presentes – e económicas, nem sequer tanto pela submissão obrigatória do povo aos ditames do absolutismo monárquico – que o autor rejeitava e combatia –, mas antes uma diferença notada e associada a um mal não infligido, não imposto, não externo, mas sim ‘natural’, de raiz, de ‘nascença’ de um país e de um povo condenado a ser ‘naturalmente inferior’.

Referências bibliográficas

CHAVES, Castelo Branco. *Os Livros de Viagens em Portugal no Século XVIII e a sua Projecção Europeia*. Col. Biblioteca Breve nº 15. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – Ministério da Educação, 1987.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. Lisboa – Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédica.

GRIFFIN, S. M. *Anti-Catholicism and Nineteenth-Century Fiction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832, Under the Orders of His Imperial Majesty Dom Pedro, Duke of Bragança*. Vol. I-II. Londres: James Fraser, 1833.

HOUGHTON, Walter E. *The Victorian Frame of Mind: 1830-1870*. London: Yale University Press, 1963

LAMONACA, M. *Masked Atheism: Catholicism and the Secular Victorian Home*. Ohio: Ohion University Press, 2008.

MARX, K. *O Capital: Livro I*. J. Teixeira Martins e Vital Moreira (trad. e intr.) Coimbra: Centelha - Produção do Livro SARL, 1974.

MENDES, J. Amado. “Evolução da Economia Portuguesa” in MATTOSO, José. *História de Portugal: O Liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SANCHES, M. Ribeiro. “Viagens: da Certeza de Si à Reflexividade Etnográfica. Os relatos de La Pérouse e de Chamisso sobre a Califórnia” in BUESCO, Helena C. e DUARTE, João F. (coord.). *Narrativas da Modernidade: a Construção do Outro*. Lisboa: Colibri, 2001.

SENA, J. de. *A Literatura Inglesa: Ensaio de Interpretação e de História*. Lisboa: Cotovia, 1989 [1963].

SILVA, Ivo Rafael. *Contributos da Tradução para a Historiografia Portuguesa: Reflexões Pré e Para-tradutivas em torno da “Narrativa da Expedição a Portugal em 1832”*. Tese de Mestrado. ISCAP, 2010.

SPENCER, Herbert. *Social Statics: or The Conditions Essencial to Human Happiness, Specified at The First of Them Developed*. London: John Chapman, 1851.